

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília (D.F.)

Class.: 379

Data 20 de agosto de 1980

Pg.:

Índios serão representados em Brasília

A criação de uma Secretaria Geral, com sede em Brasília, de apoio às entidades ligadas à problemática indígena, ficou definida, ontem, pelas trinta e três entidades ligadas ao Índio, que estiveram reunidas, na capital, para avaliar os resultados da política indigenista oficial e estabelecer uma linha de ação para indigenistas independentes. Os participantes do encontro condenaram a política da FUNAI, denunciando como nova forma de emancipar o Índio o projeto de estadualização da FUNAI, que prevê maior autonomia dos Estados na condução dos programas de apoio a estas comunidades.

O vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, dom Tomás Balduino afirmou, durante o encontro, que a união dos indigenistas, na busca de uma política indigenista alternativa, deixa claro "a falência da política oficial, elaborada nos gabinetes dos burocratas e a crescente conscientização, dos diversos segmentos da população, dos problemas enfrentados pelas minorias étnicas".

Hoje os participantes do encontro vão apresentar as conclusões numa carta dirigida aos índios, às autoridades e ao povo brasileiro. Além deste documento, as entidades decidiram ainda marcar um seminário para março de 1981 quando discutirão a semana do Índio cujo lema é "Pela Autodeterminação dos Povos Indígenas". O encontro que deverá realizar-se em São Paulo, terá de todas as entidades presentes um amplo dossiê, que será divulgado, enfocando a situação de todas as comunidades indígenas.

CONSCIENCIA

Satisfeito com o resultado deste encontro Dom Tomás Balduino acredita que há um despertar de consciência para a problemática indígena e que a política alternativa "está nascendo e se opõe à política elaborada nos gabinetes da Funai e do Ministério do Interior". O bispo de Goiás criticou a política atual cuja cristalização, para ele, é o processo de estadualização da Funai, "sucedâneo da falsa emancipação".

A estadualização foi criticada também pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira que explica este processo como resultado de todo um quadro político geral. Pacheco defende a tese de que a estadualização é uma forma encontrada pelo Governo para reforçar as lideranças políticas regionais, afastadas das eleições durante longos anos "e que agora precisam se reforçar para fins eleitorais".

O antropólogo condena ainda as reivindicações para afastar este ou

aquele dirigente do órgão tutor. Classificando como ingênua esta reivindicação, ele afirma que "pensar que mudando os escalões muda-se a política indigenista é ingenuidade como é também ingenuidade pensar que as entidades podem transformar esta política, "pois ela faz uma estrutura e para mudá-la é necessário uma mobilização em todos os níveis".

CONTRADIÇÃO

O representante da Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro vê ainda uma contradição entre a estadualização, que teoricamente transfere às unidades estaduais da Funai o poder de decisão sobre as comunidades indígenas e a centralização de poderes nas mãos do presidente e diretor-executivo da Funai. A estes caberá o poder de planejamento e decisão, explicou Pacheco, "constituindo-se em verdadeira contradição com a filosofia da estadualização".

CORONEIS

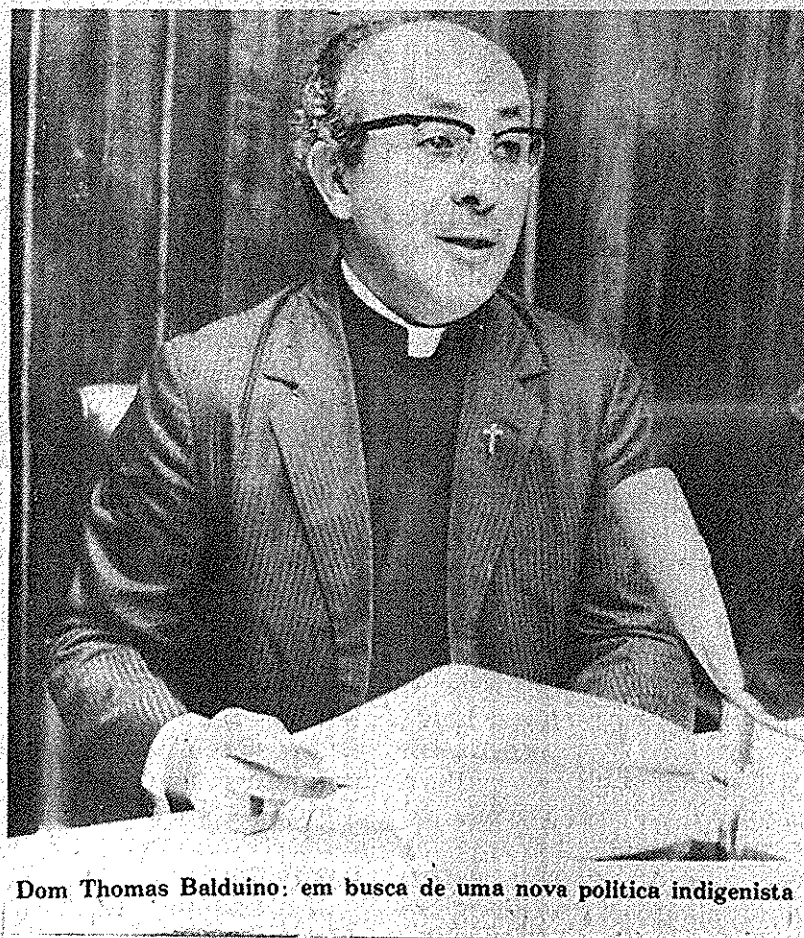
Enquanto João Pacheco não aceita a idéia de que a mudança de escalões pode transformar a política indigenista brasileira, o antropólogo Cláudio Romero, da Sociedade Brasileira de Indigenistas acredita que as dificuldades desta política decorre do fato da Funai estar sendo dirigida por coroneis, "a maioria vinda de empresas que exploram as terras indígenas, como o próprio presidente, coronel Nobre da Veiga que é ex-funcionário da Docegeo, empresa que já minerou em território indígena".

Por sua vez o missionário Paulo Suess credita na falência da política indigenista brasileira ao distanciamento entre a atual administração da Funai e as administrações anteriores. Para ele a administração do coronel Nobre da Veiga "caracteriza-se pelo postulado do denominador comum entre o poder local, poder econômico e os povos indígenas. Com isso se procura disfarçar a realidade como se ela não fosse antagonica. A Funai se coloca ao lado dos fazendeiros pois nos casos de conflito ela primeiro os consulta e depois se impõe aos índios".

DESPREPARO

Terena Domingos Veríssimo ao se referir à política indigenista afirmou que "nós índios não somos contra o desenvolvimento do país, nem contra o progresso. Mas nós somos contra as consequências desse desenvolvimento para o qual não estamos preparados para enfrentar. O próprio órgão do Governo não dá essa preparação".

Domingos criticou também o Governo de Mato Grosso que há mais de um ano prometeu devolver a terra à nação Guató e até agora estes índios esperam.



Dom Thomas Balduino: em busca de uma nova política indigenista